Artefactum – Revista de Estudos Interdisciplinares
ISSN 1984-3852
v. 25, n. 9, 2026

ENTRE SILÊNCIOS, PALAVRAS E RECOMEÇOS: A FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL NOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E IDOSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM FORTALEZA-CE E REGIÃO METROPOLITANA

BETWEEN SILENCES, WORDS, AND NEW BEGINNINGS: EDUCATIONAL SPEECH-LANGUAGE PATHOLOGY IN ADULT AND ELDERLY LITERACY PROCESSES WITHIN YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA) IN FORTALEZA, CEARÁ, AND THE METROPOLITAN AREA

ENTRE SILENCIOS, PALABRAS Y NUEVOS COMIENZOS: LA FONOAUDIOLOGÍA EDUCATIVA EN LOS PROCESOS DE ALFABETIZACIÓN DE ADULTOS Y PERSONAS MAYORES EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS (EJA) EN FORTALEZA (CEARÁ) Y SU REGIÓN METROPOLITANA

DOI: 10.23900/artefactum.v25i9.4147
Submitted on: 8.10.2026
Accepted on: 9.7.2026

Ártaga Paulino Freires
Doutora em Ciências da Educação
Instituição: Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

RESUMO

A alfabetização de adultos e idosos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um processo educacional atravessado por trajetórias escolares descontínuas, desigualdades sociais, experiências linguísticas diversas e necessidades específicas relacionadas à leitura, escrita, oralidade e comunicação. Desse modo, a Fonoaudiologia Educacional apresenta possibilidades de atuação interdisciplinar voltadas não à medicalização das dificuldades escolares, mas ao desenvolvimento da linguagem, à orientação dos profissionais e ao fortalecimento das práticas de alfabetização. O estudo objetivou analisar a inserção e as possibilidades de contribuição da Fonoaudiologia Educacional nos processos de alfabetização de adultos e idosos da EJA em Fortaleza-CE e Região Metropolitana. Desenvolveu-se pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, articulando pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A investigação documental contemplou os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de 50 escolas e documentos normativos relacionados à EJA, Educação Inclusiva e garantia do direito à Educação. Na etapa de campo, participaram 100 professores da Educação Básica atuantes na EJA, distribuídos entre diferentes componentes curriculares e etapas de ensino, além de 10 professores psicopedagogos atuantes no Atendimento Educacional Especializado (AEE), 30 auxiliares de inclusão e cinco fonoaudiólogos. Foram utilizados roteiros de entrevistas semiestruturadas e protocolo de análise documental, sendo os dados examinados mediante análise temática de conteúdo e triangulação entre documentos, literatura e percepções dos participantes. Os resultados evidenciaram a necessidade de ampliar a articulação entre alfabetização, linguagem e

atuação interdisciplinar, especialmente diante das dificuldades relacionadas à consciência fonológica, leitura, escrita, compreensão, expressão oral e participação dos educandos. Também indicaram reduzida explicitação da Fonoaudiologia Educacional nos documentos institucionais analisados e reconhecimento, pelos profissionais, de possibilidades de colaboração do fonoaudiólogo com docentes, AEE e demais agentes escolares. Conclui-se que a Fonoaudiologia Educacional pode contribuir para práticas alfabetizadoras mais acessíveis, interdisciplinares e sensíveis às singularidades de adultos e idosos, desde que sua atuação preserve o caráter pedagógico da EJA e evite processos de patologização das dificuldades educacionais.

Palavras-chave: alfabetização; Fonoaudiologia Educacional; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

Literacy education for adults and the elderly within the Youth and Adult Education (EJA) framework constitutes an educational process shaped by interrupted schooling trajectories, social inequalities, diverse linguistic backgrounds, and specific needs regarding reading, writing, oral communication, and interaction. In this context, Educational Speech-Language Pathology offers opportunities for interdisciplinary practice focused not on the medicalization of academic difficulties, but rather on language development, professional guidance, and the strengthening of literacy practices. This study aimed to analyze the integration and potential contributions of Educational Speech-Language Pathology to literacy processes for adults and the elderly in EJA programs in Fortaleza, Ceará, and its metropolitan area. An applied, qualitative study was conducted, combining bibliographic, documentary, and field research. The documentary analysis covered the Political-Pedagogical Projects (PPPs) of 50 schools and regulatory documents concerning EJA, inclusive education, and the right to education. The field research involved 100 basic education teachers working in EJA-across various curricular subjects and educational stages-along with 10 psychopedagogues working in Specialized Educational Services (AEE), 30 inclusion aides, and five speech-language pathologists. Semi-structured interview guides and a document analysis protocol were used; data were examined through thematic content analysis and triangulation of documents, literature, and participant perceptions. The results highlighted the need to enhance the integration of literacy, language, and interdisciplinary practice, particularly regarding challenges related to phonological awareness, reading, writing, comprehension, oral expression, and student participation. Findings also indicated that Educational Speech-Language Pathology was rarely explicitly mentioned in the analyzed institutional documents, although professionals recognized the potential for collaboration between speech-language pathologists, teachers, AEE staff, and other school stakeholders. It is concluded that Educational Speech-Language Pathology can contribute to literacy practices that are more accessible, interdisciplinary, and sensitive to the unique characteristics of adults and the elderly, provided that its practice preserves the pedagogical nature of Adult and Youth Education (EJA) and avoids pathologizing educational difficulties.

Keywords: literacy; educational speech-Language pathology; youth and adult education.

RESUMEN

La alfabetización de adultos y personas mayores en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) constituye un proceso educativo marcado por trayectorias escolares discontinuas, desigualdades sociales, experiencias lingüísticas diversas y necesidades específicas relacionadas con la lectura, la escritura, la oralidad y la comunicación. En este sentido, la Fonoaudiología Educativa ofrece posibilidades de actuación interdisciplinaria orientadas no a la medicalización de las dificultades escolares, sino al desarrollo del lenguaje, a la orientación de los profesionales y al fortalecimiento de las prácticas de alfabetización. El estudio tuvo como objetivo analizar la inserción y las posibilidades de contribución de la Fonoaudiología Educativa en los procesos de alfabetización de adultos y personas mayores de la EJA en Fortaleza (Ceará) y su Región Metropolitana. Se llevó a cabo una investigación de enfoque cualitativo y naturaleza aplicada, articulando investigación bibliográfica, documental y de campo. La investigación documental abarcó los Proyectos Político-Pedagógicos (PPP) de 50 escuelas y documentos normativos relacionados con la EJA, la Educación Inclusiva y la garantía del derecho a

la educación. En la etapa de campo participaron 100 docentes de Educación Básica que trabajan en la EJA - distribuidos entre diferentes áreas curriculares y etapas de enseñanza-, además de 10 docentes psicopedagogos que prestan servicios de Atención Educativa Especializada (AEE), 30 auxiliares de inclusión y cinco fonoaudiólogos. Se utilizaron guiones de entrevistas semiestructuradas y un protocolo de análisis documental; los datos se examinaron mediante análisis temático de contenido y triangulación entre documentos, literatura y las percepciones de los participantes. Los resultados evidenciaron la necesidad de ampliar la articulación entre alfabetización, lenguaje y actuación interdisciplinaria, especialmente ante las dificultades relacionadas con la conciencia fonológica, la lectura, la escritura, la comprensión, la expresión oral y la participación de los estudiantes. Asimismo, señalaron una escasa mención de la Fonoaudiología Educativa en los documentos institucionales analizados, así como el reconocimiento, por parte de los profesionales, de las posibilidades de colaboración del fonoaudiólogo con los docentes, el servicio de AEE y otros agentes escolares. Se concluye que la fonoaudiología educativa puede contribuir a prácticas de alfabetización más accesibles, interdisciplinarias y sensibles a las singularidades de adultos y personas mayores, siempre que su actuación preserve el carácter pedagógico de la EJA y evite procesos de patologización de las dificultades educativas.

Palabras clave: alfabetización; fonoaudiología educativa; educación de jóvenes y Adultos.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da Educação Básica marcada pela diversidade dos sujeitos, das trajetórias escolares e das condições sociais, culturais e profissionais que atravessam os processos de escolarização. Mais do que possibilitar o retorno de pessoas que não concluíram a escolarização na idade convencionalmente esperada, a EJA materializa o direito à educação ao longo da vida e acolhe sujeitos que carregam experiências, conhecimentos, interrupções escolares, expectativas e formas particulares de se relacionar com a leitura e a escrita. Leão, Borges e Cordeiro (2025) compreendem a educação de jovens, adultos e idosos como campo político-pedagógico fronteiriço, cuja organização necessita reconhecer a pluralidade de sujeitos e experiências que constituem essa modalidade.

Quando o olhar se direciona especificamente aos adultos e idosos em processo de alfabetização, a complexidade torna-se ainda mais evidente. Esses educandos não chegam à escola desprovidos de conhecimentos, mas carregam práticas sociais, experiências profissionais, saberes cotidianos e diferentes contatos com a cultura escrita. Ao mesmo tempo, podem apresentar dificuldades construídas ao longo de trajetórias educacionais marcadas por exclusão, repetência, abandono, desigualdades de acesso e experiências escolares pouco significativas. Silva e Silva (2024) demonstram que compreender os desafios da alfabetização na EJA requer ouvir os próprios educandos e reconhecer suas percepções, experiências e necessidades no processo de construção da aprendizagem.

A alfabetização nessa modalidade, portanto, não deve constituir mera transposição de métodos, materiais e práticas originalmente concebidos para crianças. O adulto e o idoso possuem repertórios linguísticos, sociais e culturais próprios, demandando práticas que relacionem leitura e escrita às situações concretas da vida. Silva (2025), ao discutir experiências relacionadas à alfabetização na EJA, ressalta a importância de considerar as múltiplas dimensões envolvidas na docência e de construir materiais e estratégias coerentes com as especificidades dos educandos.

É nesse cenário que a interface entre Educação e Fonoaudiologia adquire relevância. A Fonoaudiologia Educacional pode colaborar com a comunidade escolar por meio de conhecimentos relacionados à linguagem oral e escrita, comunicação, processamento das informações linguísticas e condições que interferem na aprendizagem. Lima e Martins (2026) destacam a contribuição da Fonoaudiologia Educacional no suporte aos professores, particularmente na identificação de sinais relacionados às alterações de linguagem e na construção de ações articuladas com os profissionais da educação.

A atuação fonoaudiológica no espaço educacional, entretanto, não pode ser confundida com atendimento clínico realizado dentro da escola. Seu caráter educacional pressupõe ações coletivas, preventivas, colaborativas e institucionais, envolvendo orientação aos docentes, análise das demandas relacionadas à comunicação e à aprendizagem, construção de estratégias e diálogo com diferentes profissionais. Mayer e Pan (2022) evidenciam que a formação e a atuação em Fonoaudiologia Educacional envolvem experiências que ultrapassam a perspectiva exclusivamente clínica e aproximam o profissional das demandas próprias dos contextos educativos.

Essa distinção assume importância especial na EJA. Dificuldades de leitura e escrita apresentadas por adultos e idosos não podem ser automaticamente interpretadas como manifestações de transtornos ou déficits individuais, pois podem decorrer de processos históricos de exclusão educacional, oportunidades reduzidas de escolarização, metodologias inadequadas, condições socioeconômicas, envelhecimento, experiências anteriores de fracasso escolar e múltiplas outras circunstâncias. A aproximação entre Fonoaudiologia e EJA necessita, portanto, ser construída sem patologizar diferenças ou transformar problemas educacionais e sociais em diagnósticos individuais.

A justificativa desta investigação encontra-se justamente na necessidade de compreender de que maneira os conhecimentos da Fonoaudiologia Educacional podem dialogar com os processos de alfabetização de adultos e idosos sem descaracterizar a identidade pedagógica da EJA. A literatura recente demonstra tanto a complexidade dos processos de alfabetização desses sujeitos (Silva; Silva, 2024; Silva, 2025) quanto as possibilidades de colaboração da Fonoaudiologia Educacional com professores e instituições educativas (Mayer; Pan, 2022; Lima; Martins, 2026).

Além disso, analisar os Projetos Político-Pedagógicos das instituições permite compreender se aspectos relacionados à linguagem, acessibilidade, inclusão e articulação interdisciplinar encontram-se institucionalizados ou permanecem dependentes de iniciativas pontuais. Ao articular documentos escolares com as percepções de professores, profissionais do AEE, auxiliares de inclusão e fonoaudiólogos, torna-se possível compreender a questão sob diferentes perspectivas e identificar aproximações e distanciamentos entre aquilo que a instituição estabelece formalmente e aquilo que os profissionais vivenciam cotidianamente.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a inserção e as possibilidades de contribuição da Fonoaudiologia Educacional nos processos de alfabetização de adultos e idosos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em escolas de Fortaleza-CE e Região Metropolitana, considerando os documentos institucionais, as práticas educacionais e as percepções dos profissionais envolvidos.

2 ALFABETIZAÇÃO, LINGUAGEM E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL

A EJA constitui uma modalidade da Educação Básica destinada a sujeitos que, por diferentes circunstâncias sociais, econômicas, familiares, territoriais ou educacionais, não tiveram acesso à escolarização ou não conseguiram concluí-la na idade considerada regular. A Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fundamentam a educação como direito de todos e estabelecem responsabilidades do Estado quanto à garantia do acesso e da permanência na escola, perspectiva que alcança jovens, adultos e idosos que retornam aos espaços escolares em busca da alfabetização e da continuidade de seus percursos formativos (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

A EJA, contudo, não deve ser compreendida apenas como possibilidade de compensação de uma escolarização interrompida. Trata-se de um campo educacional marcado por trajetórias de vida, experiências sociais, conhecimentos prévios e diferentes relações dos educandos com a leitura, a escrita e a oralidade. Leão, Ferreira Borges e Kalife Cordeiro (2025) discutem a (EJA) como campo político-pedagógico fronteiriço, evidenciando a necessidade de reconhecer as particularidades dos sujeitos que o constituem. Essa compreensão é especialmente importante quando se considera a presença crescente de pessoas idosas que procuram a escolarização e demandam práticas pedagógicas compatíveis com suas experiências e necessidades.

A alfabetização desses sujeitos apresenta especificidades que impedem a simples reprodução de métodos empregados com crianças. Jovens, adultos e idosos chegam à escola trazendo conhecimentos construídos nas relações familiares, profissionais e comunitárias, além de diferentes níveis de contato com a cultura escrita. Silva e Silva (2024), ao investigarem os desafios da alfabetização a partir das percepções de jovens, adultos e idosos, demonstram a importância de considerar os próprios educandos na compreensão das dificuldades e possibilidades existentes nesse processo. Alfabetizar na EJA exige, portanto, reconhecer experiências anteriores e estabelecer relações entre leitura, escrita, linguagem e situações concretas da vida social.

As dificuldades encontradas no percurso de alfabetização não podem ser automaticamente interpretadas como ausência de capacidade para aprender. Históricos de exclusão escolar, interrupções prolongadas da escolarização, desigualdades socioeconômicas, experiências anteriores de fracasso escolar e diferenças individuais relacionadas à linguagem e à aprendizagem podem coexistir na mesma turma. Silva (2025) destaca, a partir de experiências vinculadas à alfabetização na EJA, a importância de práticas pedagógicas sensíveis às características dos educandos e capazes de promover sua participação efetiva na aprendizagem.

A alfabetização envolve processos linguísticos complexos, uma vez que a apropriação da leitura e da escrita estabelece relações com habilidades de linguagem oral, compreensão, produção discursiva, consciência sobre unidades sonoras da língua e construção de significados. É nesse ponto que a Fonoaudiologia Educacional apresenta possibilidades de interlocução com a educação. Lima e Martins (2026)

ressaltam a contribuição desse campo no suporte aos professores para identificação de manifestações relacionadas às dificuldades de linguagem, beneficiando ações educativas mais adequadas às necessidades apresentadas pelos estudantes.

A Fonoaudiologia Educacional não deve, entretanto, ser compreendida como mecanismo de transferência do modelo clínico para o ambiente escolar. Sua contribuição no campo educacional assume caráter colaborativo, preventivo e institucional, estabelecendo diálogo com professores, gestores e demais profissionais envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem. Mayer e Pan (2022), ao abordarem experiências de formação e atuação de fonoaudiólogos na área educacional, evidenciam possibilidades de intervenção relacionadas à promoção da comunicação e da aprendizagem no contexto escolar.

Essa atuação pode contribuir para a compreensão das relações entre linguagem, leitura, escrita e aprendizagem, especialmente quando desenvolvida de maneira articulada ao planejamento pedagógico. O fonoaudiólogo educacional pode colaborar com professores na observação de aspectos comunicativos e linguísticos, na elaboração de estratégias que beneficiam a oralidade e a linguagem escrita e na discussão de situações em que dificuldades persistentes demandem avaliação especializada. Lima e Martins (2026) reforçam justamente a relevância da interlocução entre Fonoaudiologia e profissionais da educação na identificação de manifestações relacionadas à linguagem.

A dimensão multidisciplinar da atuação fonoaudiológica também merece destaque. Loureiro Oliveira Quiñónez Diaz *et al.* (2023), embora discutam contribuições do fonoaudiólogo no âmbito de equipes multidisciplinares hospitalares, evidenciam a amplitude da linguagem como campo de intervenção e a importância da articulação profissional diante das necessidades comunicativas dos sujeitos. Na área educacional, essa perspectiva permite compreender que dificuldades de linguagem e aprendizagem não devem ser analisadas isoladamente, mas consideradas em diálogo com fatores pedagógicos, sociais e individuais.

Na EJA, essa distinção assume importância ainda maior. Um adulto ou idoso que apresenta dificuldades na aquisição da leitura e da escrita não pode ser imediatamente compreendido a partir de uma perspectiva patologizante. A American Psychiatric Association (2022), no DSM-5-TR, estabelece critérios específicos para condições relacionadas ao neurodesenvolvimento e à aprendizagem, o que evidencia que dificuldades acadêmicas isoladas não são suficientes para estabelecer

diagnósticos. No ambiente escolar, portanto, a identificação de dificuldades deve orientar estratégias pedagógicas, acompanhamento e, quando necessário, encaminhamento adequado, e não produzir classificações diagnósticas indevidas.

A presença de educandos com deficiência ou necessidades educacionais específicas também amplia a importância de práticas inclusivas na EJA. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (PcD), incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº. 6.949/2009, estabelece a educação inclusiva como direito, enquanto a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na perspectiva da Educação Inclusiva reafirma a necessidade de garantir acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência nos sistemas de ensino (Brasil, 2008; Brasil, 2009). Esses princípios alcançam igualmente jovens, adultos e idosos.

O Decreto nº. 7.611/2011 reforça a organização da educação especial e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), enquanto a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa PcD consolida direitos relacionados ao acesso à educação em condições de igualdade e sem discriminação (Brasil, 2011; Brasil, 2015). No âmbito da EJA, tais dispositivos são particularmente relevantes porque a inclusão educacional precisa considerar simultaneamente condições de deficiência, trajetórias de exclusão escolar e particularidades próprias da vida adulta e do envelhecimento.

As políticas educacionais brasileiras também têm buscado estabelecer metas relacionadas à universalização da educação, à alfabetização e à redução das desigualdades. O Decreto nº. 6.094/2007 estabeleceu ações articuladas entre União, estados, Distrito Federal e municípios voltadas à melhoria da qualidade da educação básica, enquanto o processo de construção dos Planos Nacionais de Educação consolidou metas direcionadas ao enfrentamento do analfabetismo e à ampliação das oportunidades educacionais (Brasil, 2007; Brasil, 2010; Brasil, 2014). Essas políticas demonstram que a alfabetização de jovens e adultos deve ser compreendida como responsabilidade pública e não exclusivamente como esforço individual dos sujeitos que retornam à escola.

Nesse debate, documentos curriculares e políticas educacionais precisam ser analisados considerando as particularidades da modalidade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organiza aprendizagens essenciais da educação básica, embora sua utilização no contexto da EJA demande adequações às características etárias, sociais, culturais e educacionais de seus sujeitos (Brasil, 2018). A própria LDB, com as alterações promovidas pela Lei nº. 12.796/2013, reforça princípios relativos ao

direito à educação e à organização da formação dos profissionais da área, elementos fundamentais para pensar práticas capazes de atender à diversidade presente nos sistemas educacionais (Brasil, 2013).

A formação e o trabalho dos profissionais assumem, assim, posição estratégica. A atuação com jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização requer conhecimentos que permitam distinguir dificuldades decorrentes de trajetórias educacionais descontínuas daquelas que podem estar associadas a aspectos específicos de linguagem ou aprendizagem. A aproximação entre professores e profissionais da Fonoaudiologia Educacional pode favorecer essa leitura ampliada, desde que sejam respeitadas as competências profissionais e evitada a transformação de questões pedagógicas e sociais em problemas exclusivamente clínicos (Mayer; Pan, 2022; Lima; Martins, 2026).

A contribuição da Fonoaudiologia Educacional pode ocorrer por meio de orientação aos docentes, discussão de estratégias relacionadas à linguagem oral e escrita, observação das demandas comunicativas presentes no ambiente educacional, participação em ações formativas e colaboração na construção de práticas acessíveis. Essa perspectiva desloca a atuação de uma lógica centrada exclusivamente no indivíduo para uma abordagem que considera também as condições oferecidas pelo próprio ambiente educacional (Mayer; Pan, 2022).

Esse deslocamento encontra respaldo no paradigma inclusivo estabelecido pela legislação brasileira. A LBI determina a necessidade de eliminar barreiras que restrinjam a participação das pessoas com deficiência, enquanto as políticas nacionais de educação especial têm historicamente discutido formas de assegurar acesso, participação e aprendizagem no sistema educacional (Brasil, 2008; Brasil, 2015). Assim, pensar linguagem e alfabetização sob perspectiva inclusiva implica avaliar não apenas aquilo que o estudante consegue ou não realizar, mas também as barreiras pedagógicas, comunicacionais, metodológicas e institucionais que interferem em seu processo educativo.

No caso dos adultos e idosos, esse cuidado é indispensável para evitar que características associadas à idade, ao percurso de escolarização ou às experiências socioculturais sejam confundidas com incapacidades. Leão, Ferreira Borges e Kalife Cordeiro (2025) chamam atenção para a constituição da EJA como espaço marcado por sujeitos diversos e por relações político-pedagógicas específicas. Reconhecer o

idoso como sujeito da educação significa superar uma concepção da EJA restrita à juventude ou à preparação para o mercado de trabalho.

Silva e Silva (2024) igualmente evidenciam que compreender os desafios da alfabetização exige considerar as percepções dos próprios educandos. As dificuldades relatadas por esses sujeitos podem envolver aspectos pedagógicos, sociais e pessoais, demonstrando que intervenções padronizadas dificilmente responderão à diversidade encontrada nas turmas. A escuta do estudante torna-se, portanto, componente importante para a construção de estratégias de alfabetização significativas.

É justamente nessa interface entre linguagem, educação e diversidade que a Fonoaudiologia Educacional pode ampliar sua contribuição à EJA. Em vez de assumir a alfabetização como atribuição fonoaudiológica, responsabilidade que permanece essencialmente pedagógica, o profissional pode integrar ações interdisciplinares destinadas a favorecer condições comunicativas e linguísticas relacionadas à aprendizagem. Lima e Martins (2026) e Mayer e Pan (2022) permitem compreender essa atuação como suporte ao trabalho educacional e à identificação de necessidades que possam interferir nos processos de ensino e aprendizagem.

Essa perspectiva também contribui para estabelecer limites entre dificuldade de aprendizagem, diferença no ritmo de aprendizagem e possível transtorno. Os parâmetros diagnósticos apresentados pela American Psychiatric Association (2022) reforçam a necessidade de avaliações criteriosas e contextualizadas antes da caracterização de condições clínicas. Em uma modalidade marcada por escolarização tardia e trajetórias interrompidas, essa cautela assume relevância particular, pois baixos níveis de domínio da leitura e da escrita podem resultar da ausência histórica de oportunidades educacionais adequadas.

Portanto, a relação entre Fonoaudiologia Educacional e alfabetização na EJA deve fundamentar-se em uma abordagem que reconheça os educandos como sujeitos históricos, sociais e linguisticamente diversos. O direito à educação estabelecido constitucionalmente e consolidado pela LDB, pelas políticas de inclusão e pelos instrumentos de proteção às pessoas com deficiência exige que as instituições construam condições efetivas de acesso, permanência, participação e aprendizagem (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2009; Brasil, 2015).

No contexto de Fortaleza-CE e Região Metropolitana, essa fundamentação permite analisar as instituições educacionais não somente quanto à oferta formal da

EJA, mas também quanto às condições previstas para atender às necessidades de jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização. Considerando que a pesquisa contempla a análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) de 50 escolas, torna-se especialmente relevante observar como esses documentos incorporam, ou deixam de incorporar, questões referentes à alfabetização, linguagem, inclusão, diversidade, acessibilidade, atendimento especializado, articulação multiprofissional e particularidades dos sujeitos da EJA.

O referencial adotado sustenta uma leitura que articula três dimensões centrais: o direito à educação e à inclusão; as especificidades da alfabetização de jovens, adultos e idosos; e as possibilidades de contribuição da Fonoaudiologia Educacional. Essa articulação permite analisar em que medida as propostas institucionais das escolas reconhecem que aprender a ler e escrever na vida adulta ou na velhice não representa simplesmente retomar uma aprendizagem que deveria ter ocorrido anteriormente, mas construir novas possibilidades de participação social, comunicação, autonomia e exercício de direitos (Leão; Ferreira Borges; Kalife Cordeiro, 2025; Silva; Silva, 2024).

Assim sendo, entre os "silêncios, palavras e recomeços" que caracterizam simbolicamente o objeto desta pesquisa, a Fonoaudiologia Educacional pode ser compreendida como área colaborativa no processo de construção de ambientes educacionais linguisticamente acessíveis e pedagogicamente inclusivos. Sua contribuição não substitui o trabalho docente nem transforma a EJA em espaço terapêutico; ao contrário, amplia as possibilidades de diálogo interdisciplinar em torno da linguagem e da aprendizagem. Logo, investigar sua presença, ausência ou possibilidades de inserção nos processos de alfabetização de adultos e idosos em Fortaleza e Região Metropolitana permite discutir caminhos para uma EJA que reconheça as singularidades de seus sujeitos e assegure o direito de aprender ao longo da vida (Brasil, 2015; Leão; Ferreira Borges; Kalife Cordeiro, 2025; Lima; Martins, 2026).

3 METODOLOGIA

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza aplicada, abordagem predominantemente qualitativa e caráter bibliográfico, documental e de campo, desenvolvida em instituições educacionais situadas em Fortaleza-CE e

municípios de sua Região Metropolitana que ofertavam Educação de Jovens e Adultos. A combinação das diferentes fontes buscou favorecer a triangulação entre produção científica, normativas educacionais, documentos institucionais e percepções dos profissionais participantes.

A etapa bibliográfica foi realizada em bases e mecanismos de busca acadêmica, incluindo SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Oasisbr, considerando produções relacionadas à alfabetização na EJA e à Fonoaudiologia Educacional. Foram empregados os descritores ‘Fonoaudiologia Educacional’, ‘Educação de Jovens e Adultos’, ‘EJA’, ‘alfabetização’, ‘alfabetização de adultos’, ‘idosos’, ‘linguagem’, ‘leitura’ e ‘escrita’, combinados pelos operadores booleanos ‘AND’ e ‘OR’. Entre as estratégias de busca foram utilizadas combinações como ‘Fonoaudiologia Educacional’ AND ‘Educação de Jovens e Adultos’, ‘Fonoaudiologia’ AND ‘alfabetização de adultos’, ‘EJA’ AND ‘alfabetização’ AND ‘linguagem’ e (‘adultos’ OR ‘idosos’) AND ‘alfabetização’ AND ‘EJA’.

Foram adotados como critérios de inclusão: estudos disponíveis integralmente; produções em português; trabalhos relacionados diretamente à EJA, alfabetização de jovens, adultos e idosos, Fonoaudiologia Educacional, linguagem oral e escrita ou atuação interdisciplinar no contexto educacional; documentos oficiais vigentes e produções científicas pertinentes ao problema investigado. Foram excluídos trabalhos duplicados; textos sem acesso integral; estudos sem relação direta com o objeto; materiais exclusivamente clínicos sem interface educacional; publicações opinativas sem fundamentação técnico-científica e trabalhos cuja população ou contexto não apresentassem contribuição para a análise proposta.

O percurso da revisão compreendeu: (1) definição do problema e dos descritores; (2) realização das buscas; (3) identificação e exclusão das duplicidades; (4) leitura dos títulos; (5) leitura dos resumos; (6) aplicação dos critérios de inclusão e exclusão; (7) leitura integral dos estudos elegíveis; (8) organização das informações em instrumento de síntese; e (9) categorização dos achados segundo sua relação com alfabetização, linguagem, EJA e Fonoaudiologia Educacional.

Na dimensão documental, foram analisados os PPP’s de 50 escolas de Fortaleza e Região Metropolitana do Ceará. O protocolo de análise buscou identificar referências à EJA, alfabetização, linguagem, inclusão, acessibilidade, AEE, articulação multiprofissional, dificuldades de aprendizagem, estratégias pedagógicas e presença ou previsão de atuação fonoaudiológica. Foram igualmente considerados

documentos nacionais norteadores da educação e da inclusão, entre eles legislação educacional, políticas relacionadas à Educação Especial e Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e demais documentos pertinentes ao direito à educação e à escolarização dos sujeitos da EJA.

A pesquisa de campo envolveu 145 participantes, distribuídos entre 100 professores da Educação Básica atuantes na EJA, 10 professores com atuação psicopedagógica vinculados ao AEE, 30 auxiliares de inclusão e cinco fonoaudiólogos. Entre os 100 docentes, participaram 30 professores de matemática, 35 de língua portuguesa, 15 pedagogos vinculados aos Anos Iniciais, 10 professores de ciências, três de história, quatro de geografia e três de educação física. Os docentes possuíam atuação compreendida entre os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio na modalidade EJA.

A amostragem foi intencional e não probabilística, considerando como critérios de participação a vinculação profissional com a EJA ou com serviços educacionais relacionados aos estudantes investigados, experiência suficiente para responder às questões propostas e concordância voluntária em participar. Foram excluídos profissionais afastados de suas funções durante a coleta, participantes sem experiência com a modalidade investigada e instrumentos com preenchimento insuficiente para análise.

Como instrumentos de coleta foram utilizados roteiros de entrevistas semiestruturadas específicos para os diferentes grupos profissionais e protocolo de análise documental dos PPP’s. As entrevistas investigaram concepções sobre alfabetização de adultos e idosos, dificuldades relacionadas à leitura, escrita e comunicação, estratégias pedagógicas utilizadas, articulação entre professores e profissionais especializados, conhecimento sobre Fonoaudiologia Educacional e possibilidades atribuídas à atuação fonoaudiológica na EJA.

Após a coleta, os dados foram transcritos, organizados e submetidos à análise temática de conteúdo, mediante pré-análise, exploração do material, categorização, interpretação e estabelecimento de relações entre as diferentes fontes. Realizou-se triangulação entre PPP, entrevistas, documentos normativos e literatura científica, buscando identificar convergências, divergências e lacunas. As frequências simples provenientes dos instrumentos e documentos foram utilizadas apenas como apoio descritivo à interpretação qualitativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise integrada dos PPP's, das entrevistas e da literatura permitiu organizar os resultados em cinco eixos interpretativos: alfabetização e heterogeneidade dos sujeitos da EJA; linguagem oral e escrita; presença da Fonoaudiologia Educacional nos documentos institucionais; articulação multiprofissional; e possibilidades de atuação fonoaudiológica no contexto da EJA.

Tabela 1 - Síntese dos principais eixos identificados na análise documental e nas entrevistas

Eixo analisado	Fonte principal	Síntese dos achados	Implicação educacional
Heterogeneidade dos processos de alfabetização	Professores e literatura	Diversidade de trajetórias escolares, conhecimentos prévios, ritmos e necessidades entre adultos e idosos	Necessidade de práticas alfabetizadoras flexíveis e contextualizadas
Linguagem, leitura e escrita	Professores, AEE, auxiliares e fonoaudiólogos	Dificuldades envolvendo leitura, escrita, compreensão, expressão oral e habilidades linguísticas relacionadas à alfabetização	Ampliação do olhar sobre linguagem no planejamento pedagógico
Fonoaudiologia Educacional nos PPPs	50 PPPs	Presença institucional pouco explícita da atuação fonoaudiológica relacionada especificamente à alfabetização na EJA	Necessidade de discutir a institucionalização de ações interdisciplinares
Articulação entre profissionais	Entrevistas	Reconhecimento da importância do diálogo entre professor, AEE, auxiliares e profissionais especializados	Construção de redes colaborativas de acompanhamento
Contribuições da Fonoaudiologia Educacional	Entrevistas e literatura	Possibilidades de orientação docente, promoção da linguagem, apoio às estratégias de leitura e escrita e identificação de sinais que demandem avaliação específica	Atuação educacional preventiva e colaborativa, sem substituir o professor
Risco de patologização	Análise integrada	Necessidade de diferenciar dificuldades decorrentes das trajetórias de escolarização de alterações que efetivamente demandem avaliação especializada	Evitar medicalização dos processos educacionais

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2026).

Os dados evidenciaram, inicialmente, que compreender a alfabetização na EJA exige reconhecer a heterogeneidade dos sujeitos que compõem essa modalidade.

Adultos e idosos podem compartilhar uma mesma turma e, simultaneamente, apresentar níveis distintos de domínio da leitura e da escrita, experiências escolares anteriores, repertórios culturais e necessidades educacionais. Essa interpretação encontra respaldo em Leão, Borges e Cordeiro (2025), que compreendem a educação de jovens, adultos e idosos como espaço político-pedagógico constituído por sujeitos e experiências diversas.

As percepções dos profissionais também apontaram que as dificuldades observadas não se restringem à decodificação de palavras. Foram mencionadas questões relacionadas à leitura, escrita, compreensão, organização da expressão oral e apropriação das relações entre sons e representações gráficas. Tais aspectos reforçam que alfabetizar envolve dimensões linguísticas articuladas às práticas sociais de leitura e escrita, não podendo o trabalho pedagógico ser reduzido à repetição mecânica de letras, sílabas ou palavras.

> Os achados dialogam com Silva e Silva (2024), para quem os desafios da alfabetização de jovens, adultos e idosos precisam ser compreendidos também a partir das percepções dos próprios educandos. Essa perspectiva é particularmente importante porque impede que a análise das dificuldades se limite ao olhar institucional ou profissional. O adulto que retorna à escola possui uma história construída antes de sua matrícula e interpreta suas próprias dificuldades a partir de experiências de sucesso, fracasso, interrupção e retomada da escolarização.

Outro aspecto relevante refere-se à formação e às práticas docentes. Silva (2025) demonstra que as experiências de alfabetização na EJA demandam reflexão sobre materiais didáticos, formação profissional e relação entre teoria e prática. Na pesquisa desenvolvida, essa questão mostrou-se relacionada à necessidade de estratégias diferenciadas para adultos e idosos, evitando a infantilização dos materiais e reconhecendo que a aprendizagem precisa dialogar com situações socialmente significativas para os estudantes.

A análise dos 50 PPP’s assumiu importância particular por permitir deslocar o olhar da prática individual para a dimensão institucional. Ainda que os documentos contemplem princípios relacionados à inclusão, aprendizagem e atendimento às diferenças, a Fonoaudiologia Educacional mostrou-se pouco explicitada enquanto possibilidade de colaboração especificamente vinculada à alfabetização da EJA. Esse resultado sugere uma distância entre o potencial interdisciplinar reconhecido pelos participantes e sua efetiva institucionalização nos documentos orientadores da escola.

Nesse ponto, a Fonoaudiologia Educacional pode oferecer contribuições relevantes. Lima e Martins (2026) destacam sua atuação no suporte aos professores e na identificação de aspectos relacionados às alterações da linguagem. No contexto da EJA, entretanto, essa contribuição precisa ser interpretada cuidadosamente, porque dificuldades de alfabetização em sujeitos adultos e idosos não constituem, por si mesmas, evidência de transtorno. A história de escolarização e as oportunidades efetivamente oferecidas ao educando precisam anteceder qualquer interpretação de caráter clínico.

As contribuições apontadas pelos fonoaudiólogos e pelos demais profissionais aproximam-se de uma perspectiva colaborativa: orientação aos professores sobre aspectos da linguagem envolvidos na alfabetização; discussão interdisciplinar de situações educacionais; proposição de estratégias de promoção da comunicação; colaboração na elaboração de recursos acessíveis; orientação sobre sinais que indiquem necessidade de avaliação especializada; e participação em ações formativas junto à comunidade escolar.

> Essa compreensão encontra apoio em Mayer e Pan (2022), ao abordarem formação e experiências profissionais relacionadas à Fonoaudiologia Educacional. A inserção do fonoaudiólogo nesse campo não deve significar transferência da responsabilidade pedagógica. O professor continua responsável pelo planejamento, ensino e avaliação da alfabetização, enquanto o fonoaudiólogo disponibiliza conhecimentos específicos sobre linguagem e comunicação capazes de ampliar a compreensão interdisciplinar das situações encontradas.

A presença dos professores psicopedagogos do AEE e dos auxiliares de inclusão na investigação também permitiu ampliar a compreensão sobre as redes de apoio existentes nas instituições. Os resultados sugerem que a atuação interdisciplinar apresenta maior potencial quando não ocorre de maneira fragmentada. Professor regente, AEE, auxiliares e profissionais especializados precisam compartilhar informações relevantes, respeitando suas atribuições e construindo estratégias que favoreçam participação e aprendizagem.

Ao mesmo tempo, a pesquisa aponta um limite importante: a interdisciplinaridade não pode transformar a alfabetização em problema exclusivamente especializado. As condições pedagógicas, materiais, sociais e históricas da EJA precisam permanecer no centro da análise. Encaminhar indiscriminadamente estudantes com dificuldades de leitura e escrita para serviços

especializados pode produzir medicalização de problemas que, em determinadas situações, possuem origem predominantemente educacional ou social.

A Fonoaudiologia Educacional assume maior relevância justamente quando atua na direção contrária: em vez de procurar diagnósticos para explicar cada dificuldade, pode colaborar com a construção de ambientes comunicativamente acessíveis, orientar profissionais, contribuir para estratégias relacionadas à linguagem oral e escrita e auxiliar na diferenciação entre dificuldades decorrentes do percurso de escolarização e sinais que justificariam investigação individual especializada.

A triangulação entre literatura, documentos e entrevistas evidenciou, portanto, uma lacuna e uma possibilidade. A lacuna corresponde à reduzida institucionalização da interface entre Fonoaudiologia Educacional e alfabetização de adultos e idosos nos documentos escolares analisados. A possibilidade encontra-se no reconhecimento de que conhecimentos fonoaudiológicos podem fortalecer o trabalho educacional quando integrados ao planejamento pedagógico, à formação docente e às redes de apoio existentes na escola.

5 CONCLUSÃO

O estudo permitiu analisar a inserção e as possibilidades de contribuição da Fonoaudiologia Educacional nos processos de alfabetização de adultos e idosos da EJA em Fortaleza-CE e Região Metropolitana. A análise dos PPP’s e das percepções dos diferentes profissionais evidenciou que a alfabetização desses sujeitos envolve demandas que ultrapassam a aprendizagem mecânica do sistema de escrita. Linguagem, comunicação, leitura, compreensão, experiências sociais e trajetórias escolares precisam ser consideradas de maneira integrada.

A Fonoaudiologia Educacional apresentou potencial para colaborar com professores, AEE, auxiliares de inclusão e demais profissionais. Suas contribuições concentram-se na promoção da linguagem, orientação docente, construção de estratégias acessíveis, identificação de sinais que eventualmente demandem avaliação específica e fortalecimento da articulação interdisciplinar. Essa atuação, entretanto, deve permanecer claramente diferenciada da clínica. A escola não pode transformar dificuldades de alfabetização em diagnósticos, nem atribuir exclusivamente ao estudante problemas relacionados às oportunidades educacionais que lhe foram historicamente negadas.

O percurso desenvolvido também revelou a necessidade de fortalecer a presença da linguagem e da atuação interdisciplinar nos documentos institucionais, especialmente nos PPP's, de maneira articulada às particularidades da EJA e às políticas de educação inclusiva.

Como limitações, destacam-se a delimitação geográfica da investigação a Fortaleza e sua Região Metropolitana, a amostragem intencional e a predominância das percepções profissionais, sem inclusão direta dos estudantes adultos e idosos como participantes das entrevistas. Esses aspectos restringem a generalização dos achados e indicam a necessidade de novas investigações.

Como perspectivas futuras, recomenda-se ampliar os estudos para outros municípios e redes de ensino, incorporar diretamente as vozes dos educandos adultos e idosos e desenvolver pesquisas interventivas que avaliem estratégias de colaboração entre professores e fonoaudiólogos no cotidiano da EJA.

Conclui-se que inserir a Fonoaudiologia Educacional na discussão sobre alfabetização de adultos e idosos significa reconhecer que, entre silêncios, palavras e recomeços, a linguagem ocupa lugar central na reconstrução das trajetórias educacionais. Sua contribuição torna-se mais significativa quando colocada a serviço do direito à aprendizagem, da autonomia, da participação social e da construção de práticas educacionais que respeitem a história, a dignidade e as potencialidades dos sujeitos da EJA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**: DSM-5-TR.5. ed., text revision. Washington, DC: APA, 2022. Disponível em: https://psychiatryonline.org/doi/book/10.1176/appi.books.9780890425787. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Recuperado em 24 de Junho de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação [MEC]. **Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da Educação e dar outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação [MEC]. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação [SEMESP]. Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília, DF: MEC; SEMESP, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacacao/pdf/PNEE_revisao_2808.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Ministério de Educação [MEC]. Secretaria de Educação Especial [SEESP]. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. **Projeto de lei n. 8035 de 15 de dezembro de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência [CORDE]**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 85/2015 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2015b. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/685819. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/864335. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

LEÃO, J.; FERREIRA BORGES, C. N.; KALIFE CORDEIRO, G. N. Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI): um campo político-pedagógico fronteiriço. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 54–66, 2025. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/rieja/article/view/22233. Acesso em: 3 set. 2026.

LIMA, L. G. C.; MARTINS, E. da C. A fonoaudiologia educacional e o suporte a professores na identificação precoce de distúrbios da linguagem. **Aurum Revista Multidisciplinar**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 1–7, 2026. Disponível em: https://aurumpublicacoes.com/index.php/MA/article/view/1533. Acesso em: 3 set. 2026.

LOUREIRO OLIVEIRA QUIÑÓNEZ DIAZ, K.; LOUREIRO FURLEY, A. K.; PINEL, H.; GOMES, V. Contribuições de fonoaudiólogos para a equipe multidisciplinar hospitalar: Quando a linguagem precisa de ajuda. **Artefactum - revista de estudos interdisciplinares**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.artefactumjournal.com/index.php/artefactum/article/view/2064. Acesso em: 12 ago. 2026.

MAYER, A. P.; PAN, L. C. M. A formação e a atuação em fonoaudiologia educacional: Experiências dos profissionais fonoaudiólogos. **Trabalhos de Conclusão de Curso - Faculdade Sant'Ana**, [S. l.], 2022. Disponível em: https://iessa.edu.br/revista/index.php/tcc/article/view/2764. Acesso em: 3 set. 2026.

SILVA, J. L. da.; SILVA, M. L. da. Investigações sobre os desafios da alfabetização de jovens, adultos e idosos a partir das percepções dos educandos. **Humanidades & Inovação**, v. 11, n. 7, p. 246-257, 2024. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9791. Acesso em: 3 set. 2026.

SILVA, R. A. da. Vivências e Experiências no Âmbito do Programa de Residência Pedagógica: pela contribuição à alfabetização na EJA. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 184–194, 2025. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/rieja/article/view/19786. Acesso em: 3 set. 2026.